

AÇÕES DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO DE AUDITORIAS INTERNAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO NORDESTE

JULIANA FALCÃO ROCHA

NORMA PATRÍCIA ARAUJO DE ATHAYDE

Introdução

O despertar para a preservação do meio ambiente não se deu somente nos setores privados, mas também nos públicos, como as universidades federais. Visto que são os órgãos públicos que regulamentam e fiscalizam a causa ambiental, é importante também que os mesmos estejam a frente dos debates ambientais servindo como incentivo para a sociedade (ROCHA; PFITSCHER; CARVALHO, 2015). Porém, segundo Frizzo et al. (2014), ainda são poucas as práticas ambientais adotadas por universidades federais, tendo em vista o papel que as mesmas exercem na formação de cidadãos (HALL et al., 2014; MOURA et al., 2018).

Problema de Pesquisa e Objetivo

Surge o problema de pesquisa: quais foram as auditorias realizadas voltadas às ações de práticas ambientais nas universidades federais da região nordeste do Brasil no período de 2016 a 2020? O objetivo geral é investigar a realização de auditorias voltadas às ações de práticas ambientais nas universidades federais da região nordeste no período de 2016 a 2020, tendo como base PAINTE, PLS, e RAINTE. São objetivos específicos da pesquisa: identificar as universidades federais nordestinas que divulgam tais documentos; e realizar a análise de conteúdo dos documentos divulgados.

Fundamentação Teórica

Servindo como um planejamento em nível tático, o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna deve conter os planos, objetivos, programas e ações da entidade (LUIZ et al., 2014). O Relatório Anual de Atividade de Auditoria Interna apresenta os resultados das atividades de auditoria interna realizadas no exercício, assim como a justificativa para a não execução de certas ações (BRASIL, 2018). Existe também um controle relacionado especificamente com a causa ambiental, social e econômica: o Plano de Gestão Logística Sustentável; que planeja fluxos de materiais, serviços e informações.

Metodologia

A escolha das instituições se deu por amostragem não probabilística. Foram selecionados os PAINTEs, PLSs e RAINTEs dos anos de 2016 a 2020 disponibilizados pelas universidades em seus sites. Após a coleta dos documentos, foi utilizada o radical "ambient" na localização de informações sobre auditoria ambiental. Após a localização dos termos, realizou-se a leitura integral dos trechos, visando confirmar se as sentenças selecionadas informavam sobre auditoria ambiental. Depois de ratificados, os dados foram organizados para a análise.

Análise dos Resultados

Dentre os cinco anos estudados, nenhuma universidade publicou todos os três documentos pesquisados. Com o passar dos anos, houve um aumento no número de documentos publicados, tanto de PAINTE como de RAINTE. Porém, apesar do aumento de divulgação de PAINTEs, a auditoria ambiental ainda não é vista como prioridade. Das universidades que evidenciaram propostas de ações de sustentabilidade ambiental em seus PAINTEs, apenas uma não realizou nenhuma ação. O PLS foi o documento menos divulgado, tendo somente uma universidade publicando o plano em todos os anos estudados.

Conclusão

Conclui-se assim que, apesar das universidades federais nordestinas aumentarem sua atenção em relação a divulgação de informações sobre auditoria, a auditoria ambiental ainda não é vista como prioridade, sendo ainda pouco expressiva.

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. CREPALDI, S. A. Auditoria contábil: teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019. HALL, R. J; MOURA, G. D.; MACÊDO, F. F. R. R.; CUNHA, P. R. Compras públicas sustentáveis: um estudo nas universidades brasileiras. AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade, Belém, v. 3, n. 1, p. 27-44, 2014. ROCHA, S. K.; PFITSCHER, E. D.; CARVALHO, F. N. Sustentabilidade ambiental: estudo em uma instituições de ensino superior pública catarinense. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - GeAS, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 46-58, 2015.

Palavras Chave

Auditoria Ambiental, Universidades Federais, Responsabilidade Ambiental

AÇÕES DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO DE AUDITORIAS INTERNAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO NORDESTE

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a preservação ambiental é uma das mais relevantes preocupações da sociedade (LUIZ et al., 2014; SACHS, 2015; MOURA et al., 2020). Debates que buscam métodos para restaurar e evitar danos ao meio ambiente acontecem em todo mundo (LUIZ et al., 2014). Dentro das organizações, investidores, gestores e colaboradores têm se mostrado interessados não somente no retorno econômico das entidades, mas também com o cuidado que as mesmas têm com a questão ambiental (SONCINI et al., 2014).

Toda essa mudança, somada ao surgimento de uma legislação e fiscalização mais rigorosa (CHAVES et al., 2013; FRIZZO et al., 2014; ROCHA; PFITSCHER; CARVALHO, 2015), fez com que as entidades buscassem adotar soluções que preencham pautas econômicas, ambientais e sociais (SONCINI et al., 2014).

O maior direcionamento a causas sustentáveis exige das organizações maior divulgação de informações ambientais (VIEIRA; ARRUDA; LIMA, 2014). Além disso, estudos mostram que entidades que divulgam informações ambientais se destacam perante seus concorrentes (HALL et al., 2014; PARENTE; LUCA; ROMCY, 2015; ROCHA; PFITSCHER; CARVALHO, 2015; WANG, 2016; MOURA et al., 2020).

A contabilidade também tem se aperfeiçoado para atender as novas expectativas do mercado, sendo a auditoria ambiental uma aliada, tanto do gestor como dos demais usuários da informação (BURGWAL; VIEIRA, 2014; SONCINI et al., 2014; MOURA et al., 2020).

A auditoria ambiental busca legitimar e credibilizar as informações prestadas por entidades, avaliando o controle interno e o cumprimento da legislação ambiental, trabalhando assim de maneira preventiva (FRIZZO et al., 2014; LUIZ et al., 2014).

Esse despertar para a preservação do meio ambiente não se deu somente nos setores privados, mas também nos públicos, como as universidades federais. Visto que são os órgãos públicos que regulamentam e fiscalizam a causa ambiental, é importante também que os mesmos estejam a frente dos debates ambientais, servindo como incentivo para a sociedade (CHAVES et al., 2013; ROCHA; PFITSCHER; CARVALHO, 2015).

Porém, segundo Frizzo et al. (2014), ainda são poucas as práticas ambientais adotadas por universidades federais, tendo em vista o papel que as mesmas exercem na formação de cidadãos. (KRUGER et al., 2013; HALL et al., 2014; ROCHA; PFITSCHER; CARVALHO, 2015; MOURA et al., 2018).

2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Assim, surge o problema de pesquisa: quais foram as auditorias realizadas voltadas às ações de práticas ambientais nas universidades federais da região nordeste do Brasil no período de 2016 a 2020?

A presente pesquisa tem como objetivo geral investigar a realização de auditorias voltadas às ações de práticas ambientais nas universidades federais da região nordeste no período de 2016 a 2020, tendo como base o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT, o Plano de Gestão Logística Sustentável - PLS, e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN.T.

Para tanto, foram elencados os seguintes objetivos específicos: identificar as universidades federais nordestinas que divulgam PAINTs, PLSs e RAIN.Ts; e realizar a análise de conteúdo dos PAINTs, PLSs e RAIN.Ts divulgados. A pesquisa se justifica pela ainda limitada literatura acerca do tema auditoria ambiental aplicada ao setor público. Além

disso, investigar as práticas de auditoria ambiental nas universidades federais ajuda a averiguar se as mesmas estão seguindo a legislação ambiental (MOURA et al., 2020).

Também é relevante que uma universidade federal informe sobre ações de sustentabilidade, servindo de exemplo para sua população e comunidade. Soma-se a isso o fato do mundo está em uma tendência crescente de movimentos em prol da sustentabilidade, o que torna o tema relevante (LUIZ et al., 2014).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Auditoria em órgãos públicos

A auditoria interna, seja em entidades públicas ou privadas, é uma atividade de avaliação dos controles internos, executada por um profissional, ou grupo de profissionais, ligado à entidade, utilizando procedimentos normatizados que possibilitam ações corretivas (CREPALDI, 2019).

Agregar valor, gerar melhorias e prestar assessoria a administração da entidade são alguns dos objetivos da auditoria interna. É também possível identificar situações de desperdício, avaliar processos e proporcionar melhorias de eficiência e economia (CASTRO, 2018).

Na esfera pública federal, a Controladoria Geral da União (CGU) tem, como algumas de suas responsabilidades, a auditoria pública e a transparência da gestão. Assim, a CGU determina que as entidades públicas organizem unidades de auditoria interna (UNAI), que, além de outras atividades, elaboram o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) (BRASIL, 2001). Esse plano deve conter as ações de auditoria que serão realizadas no ano seguinte, junto com seus objetivos (GONÇALVES; MENDES, 2014).

Para servir como um planejamento em nível tático, o PAINT deve conter os planos, objetivos, programas e ações da entidade (LUIZ et al., 2014). Deve ser elaborado até o último dia útil do mês de outubro do ano anterior a sua execução e enviado para a CGU para análise (RODRIGUES; MACHADO, 2021).

Também é de responsabilidade da UNAI a elaboração do Relatório Anual de Atividade de Auditoria Interna (RAINT), que apresenta os resultados das atividades de auditoria interna realizadas no exercício, assim como a justificativa para a não execução de certas ações (BRASIL, 2018).

Por essas características, Rodrigo e Machado (2021), colocam o RAINTE como um documento de prestação de contas e autoavaliação. A mais, o relatório deve ser entregue até dia 31 de janeiro e, assim como o PAINT, deve estar disponível para a população, de preferência eletronicamente (BRASIL, 2018).

Além dos dois documentos já apresentados, existe um controle relacionado especificamente com a causa ambiental, social e econômica: o Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS). O PLS é uma ferramenta de planejamento de fluxo de materiais, serviços e informações. Nele devem estar pré-definidos os objetivos, responsabilidades, ações, metas, prazos e avaliações da entidade (LUIZ et al., 2014).

Abrange o PLS temas como material de consumo, energia elétrica, água, esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações sustentáveis, deslocamento de pessoal, dentre outros (BRASIL, 2012). O plano também deve ser publicado no site do respectivo órgão em um prazo de até 180 dias depois de sua publicação (LUIZ et al., 2014).

2.2. Ações de sustentabilidade em universidades

Questões sobre responsabilidade ambiental vêm sendo abordadas com frequência pela sociedade, mídia, organizações e ciclos acadêmicos. Está cada vez mais presente a ideia de

que os processos que envolvem uma entidade devem ser analisados pela ótica da conduta ambiental, seja uma organização privada ou pública (KRUGER et al., 2013; ROCHA; PFITSCHER; CARVALHO, 2015).

Diversas universidades tem se preocupado com as práticas de responsabilidade ambiental. A pressão feita por movimentos de cunho sustentável e pelo ativismo acadêmico intensificam o debate sobre o tema, o que faz com que várias universidades sediarem seminários e realizem debates tendo como assunto central o meio ambiente (NEJATI et al., 2011; ANDRADE et al., 2016).

Porém, segundo Andrade et al. (2016), nem sempre os centros universitários colocam em prática esses discursos, mesmo estando em uma posição singular em relação a outras instituições, onde é possível atuar na formação de indivíduos e também aplicar na prática ações sustentáveis.

Por conta de seu caráter educacional, as universidades contribuem na formação e qualificação de seus alunos, que podem, assim, tomar decisões profissionais tendo em vista a preocupação com as questões ambientais (MACHADO et al., 2013; MELO, 2021). Além disso, as questões relacionadas ao meio ambiente também estão ligadas aos direitos humanos e a uma vida em comunidade (NEJATI et al., 2011; ANDRADE et al., 2016).

Para mais, como os centros universitários precisam de redes de abastecimento de energia, água, saneamento, vias de acesso e manutenção de seus espaços e edifícios, podem, assim, ser tratados como pequenos centros urbanos, que possuem um impacto ambiental através da geração de resíduos sólidos, utilização de químicos e consumo de recursos naturais (MACHADO et al., 2013).

Desse modo, a aplicação de um Sistema de Gestão Ambiental serviria como exemplo de gestão sustentável para a comunidade. Um campus sustentável possui um melhor equilíbrio entre o econômico, social e ambiental na elaboração de políticas (ANDRADE et al., 2016).

2.3 Estudos anteriores

Este artigo procurou reunir estudos realizados nos últimos oito anos com objeto de investigação semelhante ao dessa pesquisa, como abordado na Tabela 1.

Tabela 1 - Levantamento de estudos anteriores

Autoria	Objetivo e principais resultados
KRUGER et al., 2013	Analisaram a sustentabilidade ambiental de uma instituição de ensino superior catarinense. As principais fragilidades observadas se referem a necessidade da melhoria do processo de comunicação interna e externa, bem como a necessidade de auditorias ambientais.
FRIZZO et al., 2014	Identificaram as práticas de gestão ambiental adotadas pelas IES presentes na cidade de Santa Maria/RS. Evidenciou-se que as instituições pesquisadas não têm como cultura a realização de auditoria ambiental formalizada e específica.
LUIZ et al. 2014	Investigaram a realização de auditorias ambientais em uma instituição federal de educação. Com base no PAINT e RAIN, verificou-se que a instituição não realizou nenhuma auditoria ambiental no período investigado. Em relação aos controles ambientais, constatou-se ausência do PLS
SONCINI, 2014	Analisaram a sustentabilidade ambiental de um instituto federal de educação. O critério com o melhor resultado foi o de gestão estratégica da instituição, com índice de 93,8%. Por outro lado, o critério auditoria ambiental apresentou um resultado fraco, com índice de 37%.
ROCHA; PFITSCHER; CARVALHO, 2015	Analisaram a sustentabilidade ambiental de uma (IES) pública do estado de Santa Catarina. Responsabilidade social na instituição obteve o melhor índice de sustentabilidade ambiental, com 53,3%. Em contrapartida, a auditoria ambiental apresentou o grau de sustentabilidade ambiental mais deficitário, com apenas 10,9%
	Investigaram a realização de auditorias voltadas às ações de práticas ambientais

MOURS et al., 2020	nas instituições federais de ensino da região centro oeste no período de 2014 a 2018. Não foram identificadas ações de práticas ambientais nos PAINTs ou RAINTs.
--------------------	--

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Ao analisar a Tabela 1, percebe-se que a temática das auditorias ambientais em universidades federais ainda é pouco explorada na literatura. É possível observar que somente dois estudos, o de Luiz et al. (2014) e o de Mours et al. (2020), têm como objetivo investigar, especificamente, as auditorias ambientais. Os demais estudos analisam ações de sustentabilidade ambiental. Porém, em seus resultados, evidenciam a necessidade das instituições analisadas realizarem, ou aprimorarem, a auditoria ambiental.

A pesquisa de Kruger et al. (2013) conclui que as principais deficiências da instituição de ensino pesquisada são a pouca divulgação, interna e externa, de ações de responsabilidade socioambiental e a necessidade de auditorias ambientais e de evidenciação de gastos e receitas ambientais.

O estudo de Frizzo et al. (2014) explica que a pouca consciência por parte dos gestores, somada com a falta de uma equipe focada na gestão ambiental, dificulta o alcance de padrões de certificação ambiental pelas instituições de ensino superior. Além disso, as instituições pesquisadas também não possuíam auditoria ambiental formalizada e específica.

A instituição federal de ensino pesquisada por Soncini (2014) mostrou prezar pela sustentabilidade ambiental, porém demonstrou fragilidade quando o assunto é auditoria ambiental. A pesquisa de Rocha, Pfitscher e Carvalho (2015) constatou que a instituição de ensino superior estudada possui seu melhor índice de sustentabilidade ambiental no critério responsabilidade social, porém o critério auditoria ambiental apresentou o menor índice.

O estudo de Luiz et al. (2014) concluiu que a instituição federal de ensino pesquisada, nos períodos analisados, não realizou nenhuma auditoria ambiental, segundo leitura dos PAINTs e RAINTs. Além disso, verificou-se a ausência do PLS no site da instituição. Diferente de Luiz et al. (2014), Mours et al. (2020) identificou, porém não de maneira expressiva, auditorias em práticas de ações ambientais nos PAINTs e RAINTs analisados.

O presente estudo avança em relação aos anteriores, tendo em vista que se propõe a analisar as auditorias ambientais realizadas em universidades federais, ferramenta que tem se tornado cada vez mais relevantes, seja no meio público ou particular. Cabe salientar também que o estudo se difere ao apresentar a realidade de universidades federais nordestinas, em contrapartida com os demais estudos, que se concentram na região sudeste, centro-oeste e sul.

3 MÉTODO

O estudo busca investigar a realização de auditorias voltadas às ações de práticas ambientais em universidades federais do Nordeste nos anos de 2016 a 2020. Assim, se caracteriza como pesquisa descritiva, que segundo Carvalho (2016) aborda a descrição, o registro, a análise e a interpretação de fenômenos atuais, sem manipulá-los. A abordagem do problema é qualitativa, trabalhando a construção de dados não estruturado, buscando o significado das ações sob a ótica dos sujeitos pesquisados (TAQUETTE; BORGES, 2020).

A pesquisa também se caracteriza como documental, com a busca de informações realizada nos sites institucionais das universidades. Segundo Therrien, Farias e Nunes (2011), a pesquisa documental busca compreender a realidade de forma indireta, utilizando a análise de documentos.

A escolha das instituições se deu por amostragem não probabilística. Foram selecionados os PAINTs, PLSs e RAINTs dos anos de 2016 a 2020 disponibilizados pelas universidades em seus *sites*. Os PAINTs apresentam o planejamento das auditorias que

ocorrerão no ano, enquanto os RAINTs apresentam se essas auditorias foram realizadas e seus resultados. Já o PLS envolve questões de controle de natureza econômica, ambiental e social.

Para atender ao primeiro objetivo específico da pesquisa, se utilizou da técnica de análise de conteúdo, que se caracteriza como um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a um discurso com o objetivo de destacar a presença, ou ausência, de características (BARDIN, 2011). Assim, após a coleta dos PAINTs, PLSs e RAINTs, foi utilizada o radical "ambient" na localização de informações sobre auditoria ambiental.

Realizou-se a análise manual de 146 documentos. Após a localização dos termos, realizou-se a leitura integral dos trechos, visando confirmar se as sentenças selecionadas informavam sobre auditoria ambiental. Depois de ratificados, os dados foram organizados para a análise, atendendo ao segundo objetivo específico.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com o portal do Ministério da Educação, na região nordeste do Brasil existem dezoito Universidades Federais (UF). A Tabela 2 apresenta as instituições que publicaram PAINT, RAINT e PLS em seus *sites* entre os anos de 2016 a 2020. Foram utilizadas siglas para distinguir as universidades pesquisadas, assim como os numerais 1 e 0 pra indicar a publicação de determinado documento, sendo 1 equivalente a "publicado" e 0 equivalente a "não publicado".

Tabela 2 - Universidades Federais do Nordeste que divulgaram PAINT, RAINT e PLS entre 2016 e 2020

Universidades	PAINT					RAINT					PLS				
	2016	2017	2018	2019	2020	2016	2017	2018	2019	2020	2016	2017	2018	2019	2020
UF1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
UF2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0
UF3	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
UF4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
UF5	0	0	1	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0
UF6	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
UF7	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
UF8	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0
UF9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
UF10	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
UF11	0	0	1	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1
UF12	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1
UF13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
UF14	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0
UF15	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1
UF16	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0
UF17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1
UF18	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

É possível constar que, dentre os cinco anos estudados, nenhuma universidade publicou todos os três documentos pesquisados. Além disso, duas UFs (UF9 e UF13) não divulgaram nenhum documento nos anos abordados. As UFs com mais publicações foram UF8, UF12 e UF15, com 12 publicações cada. Ademais, o ano com maior divulgação foi 2020, com 22,6% dos documentos encontrados.

Em relação ao PAIN'T, 61,11% das UFs publicaram o documento em todos os anos estudados, enquanto 16,67% não divulgaram em nenhum deles. Já sobre o RAIN'T, 50% das UFs publicaram o documento em todos os anos, enquanto 22,22% não realizaram nenhuma divulgação.

É possível notar que, com o passar dos anos, houve um aumento no número de documentos publicados, tanto de PAIN'T como de RAIN'T. Isso pode sugerir que as universidades nordestinas estão tendo uma maior preocupação com a divulgação de informações sobre auditoria.

O PLS foi o documento menos divulgado pelas UFs, tendo somente uma universidade publicando o plano em todos os anos estudados, enquanto 50% não divulgaram o documento em nenhum deles.

A Tabela 3 apresenta quais universidades apresentaram planejamento de ações de sustentabilidade ambiental no PAIN'T entre os anos de 2016 a 2020.

Tabela 3 - Universidades Federais que apresentaram proposta de auditoria ambiental no PAIN'T

Universidades	2016	2017	2018	2019	2020
UF1	1	0	1	0	0
UF2	0	0	0	0	1
UF3	0	0	0	0	0
UF4	0	0	0	0	0
UF5	0	0	0	0	0
UF6	1	0	0	0	0
UF7	0	0	0	0	0
UF8	0	0	0	0	1
UF9	0	0	0	0	0
UF10	0	0	0	0	0
UF11	0	0	0	0	0
UF12	1	1	0	0	0
UF13	0	0	0	0	0
UF14	0	0	0	0	0
UF15	0	0	0	1	0
UF16	0	0	0	0	0
UF17	0	0	0	0	0
UF18	1	0	0	1	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Observando a tabela, é possível perceber que menos da metade das UFs nordestinas apresentaram planejamento de ações de sustentabilidade ambiental durante os cinco anos estudados, chegando apenas a 38,88%. Também, nenhuma delas apresentou proposta em todos os cinco anos abordados. Assim, é possível concluir que, apesar do aumento de divulgação de PAIN'Ts nas universidades federais nordestinas, e das discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade, a auditoria ambiental ainda não é vista como prioridade.

A Tabela 4 traz alguns exemplos de ações de sustentabilidade ambiental extraídas dos PAIN'Ts estudados.

Tabela 4 - Exemplos de ações de sustentabilidade ambiental extraídos dos PAIN'Ts

"Avaliação acerca da aderência da UF1 aos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, bem como sobre informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados." (UF1, PAIN'T 2016, pág. 36)

"Avaliação da gestão ambiental, da infraestrutura e do patrimônio físico. Verificar a elaboração,

acompanhamento e coordenação da implantação das políticas de gestão ambiental." (UF2, PAINT 2020, pág. 9)

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Dentre as UFs que relataram planejamento de atos de sustentabilidade ambiental, a ação "avaliação da gestão ambiental" foi a que teve maior frequência, aparecendo em cinco PAINTS, seguida por "aderência de critério de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens", que apareceu em dois PAINTS.

As demais ações de sustentabilidade ambiental relatadas nos PAINTS foram: análise dos critérios de sustentabilidade na expansão da universidade, garantir a segurança e saúde do meio ambiente do campi, sustentabilidade ambiental nos processos licitatórios e gestão de resíduos químicos de uso controlado.

A Tabela 5 apresenta quais universidades realizaram as ações de sustentabilidade ambiental propostas no PAINT, de acordo com o RAINT. A letra "R" foi utilizada para simbolizar a realização das ações de sustentabilidade ambiental e as letras "NR" a não realização. O número "0" significa que a universidade não apresentou nenhuma ação de sustentabilidade ambiental no referido ano.

Tabela 5 - Universidades que evidenciaram ações de sustentabilidade ambiental no RAINT

	2016	2017	2018	2019	2020
UF1	R	0	NR	R	0
UF2	0	0	0	0	R
UF3	0	0	0	0	0
UF4	0	0	0	0	0
UF5	0	0	0	0	0
UF6	R	0	0	0	0
UF7	0	0	0	0	0
UF8	0	0	0	0	R
UF9	0	0	0	0	0
UF10	0	0	0	0	0
UF11	0	0	0	0	0
UF12	NR	R	R	R	0
UF13	0	0	0	0	0
UF14	0	0	0	0	0
UF15	0	0	0	NR	0
UF16	0	0	0	0	0
UF17	0	0	0	0	0
UF18	R	0	0	R	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Com a Tabela 5, percebe-se que, das universidades que evidenciaram propostas de ações de sustentabilidade ambiental em seus PAINTS, apenas uma não realizou nenhuma ação, de acordo com os RAINTs.

Através da leitura dos documentos, foi possível notar que, caso a universidade não realize certa ação de sustentabilidade ambiental no ano em que a mesma foi evidenciada no PAINT, essa ação ainda pode ser realizada nos anos seguintes. Foi o que ocorreu com a UF1 no ano de 2019 e UF12 nos anos de 2018 e 2019. Assim, observa-se que a maioria das universidades que evidenciaram ações de sustentabilidade ambiental se preocuparam em realizá-las.

Conclui-se que, assim como no estudo de Mours (2020), foram identificadas auditorias em práticas de ações ambientais, porém de maneira pouco expressiva. Os achados dessa pesquisa corroboram também com o estudo de Frizzo et al (2014), onde foi evidenciado que não existia uma cultura de realização de auditoria ambiental nas instituições pesquisadas, sendo as práticas de gestão ambiental apenas ações isoladas.

CONCLUSÃO

A preservação ambiental tem se mostrado uma das principais preocupações da sociedade moderna, sendo discutida em organizações privadas e públicas. As comunidades cobram das entidades posicionamento em relação ao tema, enquanto os governos aprimoram leis e fiscalização.

Assim também, a contabilidade tem se aperfeiçoado para atender as expectativas de seus usuários, se utilizando, por exemplo, da auditoria ambiental, que busca legitimar informações e fiscalizar o cumprimento das leis ambientais, atuando de maneira preventiva.

Desse modo, o presente trabalho buscou responder ao seguinte questionamento: quais foram as auditorias realizadas voltadas às ações de práticas ambientais nas universidades federais da região nordeste do Brasil no período de 2016 a 2020? Para tanto, tomou-se como base o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), o Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS) e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) encontrados nos sites das universidades.

Após as observações feitas, foi possível constar que, entre as dezoito universidades federais nordestinas, o PAINT foi o documento mais divulgado, com 61,11% das UFs publicando o mesmo em todos os anos abordados.

Porém, apenas 38,88% das mesmas apresentaram planejamentos de ações de sustentabilidade ambiental, sendo "avaliação da gestão ambiental" a ação mais relatada dentre os documentos analisados. Além disso, nenhuma UF apresentou ação de sustentabilidade ambiental em todos os cinco anos pesquisados.

Em relação ao RAIN, apenas 50% das UFs publicaram o relatório em todos os anos estudados. Porém, das que evidenciaram ações de sustentabilidade no PAINT, apenas uma não as realizou. Além disso, através da leitura dos relatórios, foi possível verificar que, quando a ação proposta não fosse realizada no ano em que foi evidenciada no PAINT, ela ainda poderia ser finalizada nos anos seguintes.

Tendo em vista o PLS, o mesmo foi o documento menos divulgado, tendo apenas uma universidade a publicar o plano em todos os anos do período estudado.

Observando a Tabela 2, é possível notar que o número de documentos evidenciados aumenta com o passar dos anos, sendo 2020 o ano com mais documentos divulgados. Porém, em relação as ações de sustentabilidade, o mesmo não se repete.

Conclui-se assim que, apesar das universidades federais nordestinas aumentarem sua atenção em relação a divulgação de informações sobre auditoria, a auditoria ambiental ainda não é vista como prioridade, sendo ainda pouco expressiva.

Para estudos futuros, sugere-se que sejam investigadas universidades federais de outras regiões do Brasil, averiguando se as mesmas divulgam os documentos evidenciados nessa pesquisa, e se evidenciam e realizam ações de sustentabilidade em suas auditorias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. P.; BRITO, M. J.; BRITO, V. G. P.; BAETA, O. V. Estratégia como prática: uma análise das práticas ambientalistas da universidade federal de lavras (UFLA). **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 02-18, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Secretaria Federal de Controle**. Instrução Normativa SFC nº 1, de 6 de abril de 2001. Define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Disponível em: <<https://www.gov.br/suframa/pt-br/acesso-a-informacao/IN0106ABR2001MANUALDOSISTDECONTINTDOGOVFED.pdf/view>>. Acesso em: 2 de mar. 2022.

BRASIL. **Secretaria Federal de Controle**. Instrução Normativa SFC nº 1, de 3 de janeiro de 2007. Estabelece o conteúdo do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna. Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:controladoria.geral.uniao;secretaria.federal.controle.interno:instrucao.normativa:2007-01-03;1>>. Acesso em: 2 de mar. 2022.

BRASIL. **Secretaria Federal de Controle**. Instrução Normativa SFC nº 10, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art.16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012>>. Acesso em: 2 de mar. 2022.

BRASIL. **Secretaria Federal de Controle**. Instrução Normativa n. 09, de 09 de outubro de 2018. Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT e sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINIT das Unidades de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/44939745/do1-2018-10-11-instrucao-normativa-n-9-de-9-de-outubro-de-2018-44939518>. Acesso em: 2 de mar. 2022.

BURGWAL, D. V. de; VIEIRA, R. J. O. Environmental Disclosure Determinants in Dutch Listed Companies. **Revista Contabilidade e Finanças - USP**, São Paulo, v. 25, n. 64, p. 60-78, 2014.

CASTRO, D. P. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão: contabilidade, orçamento e auditoria e organização dos controles internos como suporte à governança corporativa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CHAVES, L. C.; FREITAS, C. L. de; ENSSLIN, L.; PFITSCHER, E. D; PETRI, R. M.; ENSSLIN, S. R. Gestão ambiental e sustentabilidade em instituições de ensino superior: construção de conhecimento sobre o tema. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Santa Catarina, v. 6, n. 2, p. 33-35, 2013.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

FRIZZO, K.; MOTKE, F. D.; MACHADO, E. C.; SILVA, Y. C.; ÁVILA, L. V.; ZAMBERLAM, J. F. Análise das práticas de gestão ambiental das instituições de ensino superior. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Digital**, Santa Maria, v. 18, n. 1, p. 196-208, 2014.

GONÇALVEZ, S. R.; MENDES, L. R. S. O controle na administração pública: o papel da auditoria interna em uma instituição federal de ensino superior de minas gerais. **Cadernos Zigmunt Bauman**, Maranhão, v. 4, n. 11, p. 115-135, 2014.

HALL, R. J; MOURA, G. D.; MACÊDO, F. F. R. R.; CUNHA, P. R. Compras públicas sustentáveis: um estudo nas universidades brasileiras. **AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, Belém, v. 3, n. 1, p. 27-44, 2014.

KRUGER, S. D.; PFITSCHER, E. D.; UHLMANN, V. O.; PETRI, S. M. Sustentabilidade ambiental: estudo em uma instituição de ensino catarinense. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Reio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 98-112, 2013.

LUIZ, L. C.; ALBERTON, L.; ROSA, F. S. da; PFITSCHER, E. D. Inclusão de práticas ambientais nas auditorias realizadas no âmbito de uma instituição federal de educação. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - GeAS**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 92-112, 2014.

MACHADO, R. E.; FRACASSO, E. M.; TOMETICH, P.; NESCIAMENTO, L. F. Práticas de gestão ambiental em universidades brasileiras. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 37-51, 2013.

MELO, M. R. S. Responsabilidade socioambiental: uma comparação entre instituições de ensino superior. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 20, n. 2, p. 63-87, 2021.

MOURA, C. A. da S; SANTOS, E. A. dos; PEREIRA, P. H. da S. M.; CORREIA, A. S. M.; MONTEIRO, J. J. Ações de práticas ambientais no planejamento das auditorias internas das instituições federais de ensino da região centro oeste brasileira: uma análise do período de 2014 a 2018. **RIC - Revista de Informação Contábil**, Pernambuco, v. 14, p. 1-15, 2020.

NEJATI, M.; SHAFAEI, A.; SALAMZADEH, Y.; DARAEI, M. Corporate social responsibility and universities: a study of top 10 world universities' websites. **African Journal of Business Management**, v. 5, n. 2, p. 440-447, 2011.

NUNES, G. C.; NASCIMENTO, M. C. D. do; LUZ, M. A. C. A. Pesquisa científica: conceito básico. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, São Paulo, v. 10, n. 29, 2016.

ROCHA, S. K.; PFITSCHER, E. D.; CARVALHO, F. N. Sustentabilidade ambiental: estudo em uma instituições de ensino superior pública catarinense. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - GeAS**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 46-58, 2015.

RODRIGUES, R. C.; MACHADO, M. V. V.; Atuação da auditoria interna nas universidades federais brasileiras. **Administração Pública e Gestão Social**, Minas Gerais, v. 13, n. 4, p. 29-49, 2021.

SANTOS, F. M. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 383-387, 2012.

SONCINI, B. S.; PFITSCHER, E. D.; NILSON, M. SILVEIRA, M. L. G.; COELHO, T. T.; KLAES, L. S. Sustentabilidade ambiental: estudo em um instituto federal de educação. In: Colóquio Internacional de Gestão Universitária - CIGU, 16, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

WANG, R. **Determinants of companies' environmental information disclosure in China.** 2016. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Contabilidade) - Alto University School of Business, Uusimaa, 2016.